



PROVA 2015.2

INSTRUÇÕES GERAIS – LEITURA OBRIGATÓRIA

1. Você está recebendo o caderno de prova que contém em suas páginas 100 questões objetivas. Confira o caderno e se ele não estiver completo chame o fiscal.
2. Você está recebendo também um cartão-resposta contendo 100 questões, o qual **NÃO PODE SER SUBSTITUÍDO**. Portanto, somente marque a resposta quando você tiver certeza de sua opção.
3. O cartão-resposta não pode ser rasurado, sob pena de anulação das respostas.
4. Você deve marcar apenas uma letra em cada questão objetiva.
5. Para evitar possíveis enganos no preenchimento do cartão-resposta, anote primeiro as alternativas que você julgou corretas no próprio caderno de prova. Depois, marque-as no cartão-resposta.
6. Não é admitido o uso de material estranho ao caderno de prova, mesmo para rascunho, nem se permitirá qualquer comunicação entre os candidatos.
7. Ao final da prova você deverá devolver ao fiscal o cartão-resposta devidamente assinado no local indicado.
8. A duração da prova é de 4 (quatro) horas. A saída do candidato só será permitida depois de transcorridas 2 (duas) horas do início da prova. Os três últimos candidatos a terminarem a prova deverão retirar-se da sala simultaneamente.
9. No dia 27 de junho de 2015, após as 23 horas, será publicado o gabarito da prova semestral.
10. O dia 30 de novembro de 2015, às 12 horas, é a data limite para o envio de recursos da prova semestral. Os recursos deverão ser enviados para o e-mail: secretaria@esmesc.org.br.

BOA PROVA!

Florianópolis, 27 de novembro de 2015



DIREITO CONSTITUCIONAL

01. Com base na estrutura do federalismo brasileiro assinale a alternativa correta:

- a) A competência legislativa privativa autoriza que a união venha a delegar parcela de sua competência aos Estados, Municípios e Distrito Federal, com base na edição de lei complementar específica.
- b) No exercício de competência concorrente a união deve editar normas gerais, não sendo excluída a atividade normativa suplementar dos municípios em razão da previsão de que o ente municipal pode suplementar a legislação federal ou estadual no que couber.
- c) A competência comum, que pode ser caracterizada como uma competência de natureza legislativa, é regulada pelo princípio da predominância do interesse, sendo que a legislação da União sempre será considerada superior a dos Estados e dos Municípios.
- d) A Constituição ao regular a edição de normas gerais permite que tanto a União como os Estados editem este tipo de normas, devendo ser observada a hierarquia entre leis federais, leis estaduais e leis municipais.

02. Em relação ao Poder Constituinte assinale a alternativa correta:

- a) O caráter ilimitado e incondicionado do poder constituinte originário precisa ser visto com temperamentos, pois esse poder não pode ser entendido sem referência aos valores éticos e culturais de uma comunidade política e tampouco resultar em decisões caprichosas e totalitárias;
- b) O poder constituinte originário surge em momentos que existam rupturas institucionais, sendo que sua formação se dá conforme o previsto na Constituição anterior e sua atuação fica condicionada somente aos limites sociais que orientam como deverá ser o texto da nova Constituição.
- c) As cláusulas pétreas são consideradas limitações materiais ao poder constituinte originário e derivado, tendo como principal intuito manter o núcleo dos princípios e valores da constituição, permitindo sua alteração apenas em momentos excepcionais.
- d) O poder Constituinte originário tem como principal função a elaboração do novo texto constitucional, que deve ser expressão da vontade dos detentores do poder em determinado momento histórico.

03. Com fundamento na tradicional classificação de José Afonso da Silva sobre aplicabilidade das normas constitucionais, é correto afirmar sobre o inciso XLVII do art. 5º da CF, cuja redação é “(...) não haverá penas (...) de banimento”, que

- a) configura exemplo de norma constitucional de eficácia parcialmente exaurida ou esgotada, pois o banimento foi praticamente abolido no Brasil.
- b) consiste em norma constitucional de eficácia contida, visto que a lei infraconstitucional posterior pode trazer hipóteses emergenciais em que o banimento seja admissível.
- c) se reveste das características de norma de eficácia limitada de princípio programático, pois necessita de uma legislação posterior que venha disciplinar as hipóteses de vedação ao banimento.
- d) se cuida de norma de eficácia plena e aplicabilidade imediata, pois independe de legislação infraconstitucional posterior para ampliar ou restringir seus efeitos.



04. Em relação ao Poder Executivo assinale a alternativa incorreta:

- a) Admitida a acusação contra o Presidente da República, por dois terços da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal, nas infrações penais comuns, ou perante o Senado Federal, nos crimes de responsabilidade.
- b) A eleição do Presidente e do Vice-Presidente da República realizar-se-á, simultaneamente, no primeiro domingo de outubro, em primeiro turno, e no último domingo de outubro, em segundo turno, se houver, do ano anterior ao do término do mandato presidencial vigente.
- c) Vagando os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, far-se-á eleição trinta dias depois de aberta a última vaga
- d) Será considerado eleito Presidente da República o candidato que, registrado por partido político, obtiver a maioria absoluta de votos, não computados os em branco e os nulos.

05. Sobre os direitos fundamentais é correto afirmar:

- a) Os direitos fundamentais atuam como normas de limitação ao poder estatal, preservando direitos individuais e coletivos, juntamente com a possibilidade restrição ilimitada do bem jurídico protegido pela norma de direito fundamental.
- b) A restrição indiretamente constitucional é caracterizada por permitir que uma legislação venha a diminuir o âmbito do direito fundamental em razão de previsão no texto constitucional.
- c) Conforme a CF/88 as pessoas jurídicas de direito público não podem, em razão de sua natureza jurídica, ser detentores de direitos fundamentais.
- d) O direito de liberdade de associação depende de autorização do poder público, sendo portanto um caso de restrição indiretamente constitucional.

06. Um estrangeiro deseja se candidatar a Deputado Federal e para isso vem a se naturalizar brasileiro. Após a naturalização ele poderá concorrer ao cargo de deputado federal?

- a) Não, porque mesmo naturalizado ele seria inelegível para o cargo de Deputado Federal no Brasil.
- b) Sim, desde que a legislação eleitoral estabelecesse uma concessão não proibindo sua candidatura.
- c) Sim, desde que o regimento interno da Câmara dos Deputados permitisse expressamente.
- d) Sim, não podendo apenas ser eleito Presidente da Câmara dos Deputados em virtude de expressa vedação constitucional.

07. Assinale a alternativa correta:

- a) A existência de controle de constitucionalidade é um atributo de sistemas que tenham constituições rígidas, nos quais o processo de formação da lei seja o mesmo de formação da emenda constitucional.
- b) O modelo americano de controle de constitucionalidade é caracterizado pela existência de competência aos juízes para defesa da Constituição em casos concretos, bem como as atribuições ao Tribunal Constitucional que exerce a atividade de controle concentrado.
- c) O Brasil adota somente o controle difuso de constitucionalidade, permitindo a participação de todos os membros do poder judiciário na fiscalização da constitucionalidade das leis.
- d) A declaração de inconstitucionalidade afeta a validade da lei ou ato normativo, sendo incorreto falar que a declaração de inconstitucionalidade acarreta a revogação da lei.

08. Em relação ao Estatuto dos Congressistas é correto afirmar:

- a) Os Deputados e Senadores são invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos, salvo nas hipóteses previstas no código penal.



- b) Recebida a denúncia contra o Senador ou Deputado, por crime ocorrido antes da diplomação, o Supremo Tribunal Federal dará ciência ao Congresso Nacional, que, por iniciativa de partido político nele representado e pelo voto da maioria absoluta de seus membros, poderá, até a decisão final, sustar o andamento da ação.
- c) Os Deputados e Senadores, desde a posse, serão submetidos a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal.
- d) Desde a expedição do diploma, os membros do Congresso Nacional não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável. Nesse caso, os autos serão remetidos dentro de vinte e quatro horas à Casa respectiva, para que, pelo voto da maioria de seus membros, resolva sobre a prisão.

09. Em relação a Ação Direta de Inconstitucionalidade é correto afirmar:

- a) A medida cautelar em ADI, dotada de eficácia contra todos, será concedida com efeito *ex nunc*, salvo se o Tribunal entender que deva conceder-lhe eficácia retroativa.
- b) O Conselho Federal da OAB é considerado legitimado especial na propositura de ADI, devendo demonstrar pertinência temática em razão da lei ou ato normativo que está impugnando.
- c) Proposta a ação direta de inconstitucionalidade se admitirá desistência quando não houver mais interesse de agir na causa.
- d) O Advogado Geral da União deve sempre, sem exceções defender a norma impugnada em Ação Direta de Inconstitucionalidade.

10) Assinale a alternativa correta:

- a) A liberdade religiosa no direito brasileiro fica condicionada a regra do Estado Laico, vinculado o Estado a respeitar todas as formas de manifestação religiosa, podendo interferir em seu conteúdo, evitando assim que o Estado venha a privilegiar determinada manifestação religiosa.
- b) A características da não vinculação dos particulares aos direitos fundamentais serve para determinar nas relações de particulares os direitos fundamentais não podem produzir efeitos, sendo esta não vinculação decorrente da aplicabilidade imediata, da possibilidade de restrição, da interpretação extensiva e da abertura dos direitos fundamentais.
- c) A liberdade profissional, prevista no texto constitucional, estabelece a possibilidade que lei infraconstitucional venha criar restrições com base nas qualificações profissionais, mas enquanto inexistir essa lei o exercício das profissões será pleno e sem restrições.
- d) A liberdade de reunião para ser exercida deve acontecer de forma pacífica e sem armas, por um prazo de tempo indeterminado e com um objetivo em comum sendo necessária a autorização da autoridade competente para a realização de reuniões em locais abertos ao público, partindo da noção de pluralidade de participantes, podendo a reunião ser convocada por pessoas físicas ou jurídicas.

DIREITO CIVIL

11. Aponte a alternativa correta:

- a) As normas cogentes podem ser alteradas por convenção.
- b) As regras dispositivas não podem ser alteradas por convenção entre as partes.
- c) Lei é uma regra geral que, emanada de autoridade competente, é imposta coativamente à obediência de todos.
- d) A lei terá aplicação geral e imediata e poderá afetar o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada.

**12. Assinale a alternativa incorreta:**

- a) As correções a texto de lei já em vigor consideram-se lei nova.
- b) A instituição de uma fundação deverá se dar por escritura pública, de modo a garantir o seu funcionamento e devida fiscalização.
- c) No direito brasileiro não existe reprivatização de forma automática.
- d) O instituto de direito civil que visa fixar regra sucessória quanto à herança de pessoas falecidas em virtude de um mesmo evento, ou em circunstância em que não se possa fixar com precisão a ocasião exata em que se deu o óbito de cada qual é chamado de comoriência.

13. Sobre Vícios redibitórios e Evição é correto afirmar:

- a) Configurado o vício oculto da coisa, o adquirente pode somente rejeitá-la, redibindo o contrato, sendo-lhe defeso reclamar abatimento do preço.
- b) As partes podem, por cláusula expressa, reforçar, diminuir ou excluir a responsabilidade pela Evição.
- c) Nos contratos civilistas o prazo para redibição é de uma ano para bens imóveis e trinta dias para bens móveis, contados da verificação do vício.
- d) As benfeitorias necessárias ou úteis, abonadas ao que sofreu a evicção, serão pagas pelo alienante.

14. Quanto à responsabilidade civil é correto afirmar que:

- a) O dono ou detentor de animal ressarcirá o dano por este causado, apenas se provar a culpa da vítima.
- b) Para configuração da responsabilidade civil, na espécie, há necessidade de se comprovar: a antijuridicidade da conduta dos pais do menor; a ocorrência do dano e sua extensão e o nexo de causalidade.
- c) O pai que perdeu judicialmente o pátrio poder continua com a responsabilidade sobre os atos lesivos praticados pelo menor.
- d) O direito de exigir reparação e a obrigação de prestá-la não se transmite com a herança.

15. Acerca do direito das coisas é correto afirmar:

- a) Considera-se fâmulos da posse aquele que, achando-se em relação de dependência para com outro, conserva a posse em nome deste e em cumprimento de ordens ou instruções suas.
- b) Somente bens imóveis pode ser objeto de desdobramento da posse.
- c) O fâmulos da posse é considerado possuidor direto.
- d) A posse precária convalesce após o decurso de tempo constitucionalmente previsto de cinco anos sem que se tenham notícias do possuidor indireto.

16. Assinale a alternativa correta:

- a) O usufruto pode ser transmitido ao credor caso o usufrutuário por solidariedade entre devedores.
- b) O direito real de habitação é transmissível caso o objeto desse direito real sobre coisas alheias seja coisa móvel pertencente a um só dono.
- c) O direito real de uso abrange bens, direitos e frutos civis e naturais advindos da coisa.
- d) O imóvel sobre o qual recaia o usufruto pode ser desapropriado.

17. De acordo com o Código Civil Brasileiro, assinale a alternativa correta:

- a) O contrato que institui o penhor pode autorizar o credor pignoratício a ficar com o objeto da garantia, como forma de pagamento, se a dívida não for paga no vencimento.
- b) A entrega das chaves de um bem imóvel é forma de tradição real, sendo, portanto, uma das



formas de transmissibilidade da propriedade imóvel.

- c) Nos direitos reais em garantia, é causa do vencimento antecipado da dívida a desapropriação do bem dado em garantia.
- d) O Penhor legal é aquele que recai sobre automóveis, mas depende de anotação no Certificado de Propriedade do automóvel.

18. Marcos Pinho, viúvo, um filho e sem ascendentes, viajando para o exterior, via aérea, teve um enfarte a bordo. Socorrido, mas temendo morrer, chamou o comandante da aeronave que designou pessoa para quem Marcos ditou suas disposições de última vontade na presença, inclusive, de duas testemunhas. Nessa ocasião, Marcos deixou 20% de seus bens para o médico que o atendeu no avião. Terminada a viagem em 20 de outubro de 2013, o testador veio a falecer de outro enfarte, em 20 de março de 2014, na cidade de Florianópolis/SC. Diante desses fatos é correto afirmar:

- a) O médico não pode nem executar nem habilitar-se no inventário, tendo em vista não estar especificado no testamento os bens que equivalem ao percentual correspondente à deixa testamentária.
- b) O médico não pode executar e tampouco se habilitar no inventário porque o testamento caducou.
- c) O testamento é inválido porque não foi registrado em cartório.
- d) O testamento é inválido porque não foi respeitada a legítima dos herdeiros necessários.

19. João é casado com Malu há cinco anos. Desde 2010 o casal vem tentando engravidar naturalmente e não consegue. Agora, Malu resolve consultar com especialista da área de reprodução assistida e decide submeter-se a uma das técnicas disponíveis. João não está muito à vontade, pois foi descoberto que é estéril e necessitará autorizar a esposa a utilizar material genético de um doador anônimo, caso queiram engravidar. Diante do exposto, assinale a alternativa correta:

- a) Existirá presunção de paternidade independentemente da autorização de João.
- b) A clínica irá pautar-se pelas regras do Conselho Federal de Medicina e pelo Código de Ética, embora exista no Brasil lei que regulamente de forma específica o assunto.
- c) Em caso de divórcio, Malu poderá realizar seu sonho de maternidade através da reprodução assistida utilizando-se do material genético do ex-marido, independentemente da autorização de João.
- d) Existirá presunção de paternidade apenas se o João autorizar a reprodução assistida heteróloga.

20. Assinale a alternativa incorreta:

- a) O pacto antenupcial, feito, obrigatoriamente, por escritura pública, sob pena de nulidade, é um negócio jurídico condicional, podendo adotar-se nele regime de bens diverso do legal.
- b) O reconhecimento do filho, embora irrevogável, não implica em proibição de questionamentos em torno da filiação, argüidas em juízo.
- c) Na sucessão entre os colaterais os filhos de irmãos recebem por direito de representação, direito esse que não beneficia os netos do irmão pré-morto.
- d) A união estável, entidade familiar prevista na Carta Magna, poderá converter-se em casamento, mediante averbação de pacto antenupcial no Registro Civil.

**DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

21. Maria e Antônia são duas mulheres casadas pelo regime da comunhão parcial de bens e que possuem uma filha em comum, a qual conta com quatro anos de idade. Ambas estão separadas de fato e querem se divorciar. Maria reside na cidade de Curitiba (PR) e Antônia, na de Florianópolis (SC). A guarda da filha está com Antônia. Com base no novo Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta:

- a) Maria e Antônia poderão optar entre o divórcio judicial ou o extrajudicial, consoante a sua conveniência.
- b) O divórcio deverá ser, necessariamente, judicial, a ser proposto no foro da Comarca de Florianópolis (SC), em caráter absoluto.
- c) O divórcio deverá ser, necessariamente, judicial, a ser proposto no foro da Comarca de Curitiba (PR), em caráter absoluto.
- d) O divórcio deverá ser, necessariamente, judicial, a ser proposto no foro da Comarca de Florianópolis (SC) ou de Curitiba (PR), em caráter relativo.

22. O novo Código de Processo Civil repete a previsão do diploma anterior no sentido de serem elementos formais obrigatórios para a sentença o relatório, a fundamentação e o dispositivo. Porém, o diploma legal cria uma norma excludente, estabelecendo que NÃO se considera fundamentada qualquer decisão, seja ela interlocutória, sentença ou acórdão que:

- a) não se manifestar acerca dos prequestionamentos formulados pelas partes após o saneamento.
- b) deixar de seguir enunciado de súmula, jurisprudência ou precedente invocado pela parte, demonstrando a existência de distinção no caso em julgamento ou a superação do entendimento.
- c) não se manifestar acerca de todas as questões de fato arguidas pelas partes.
- d) invocar motivos que se prestariam a justificar qualquer outra decisão.

23. Uma das principais características no novo Código de Processo Civil é a sua estruturação, que toma por base a ação judicial, a sua cumulação e a sua relação com o procedimento a ser adotado no processo. Considerando que os elementos da ação constituem, formalmente, as partes, a causa de pedir, e o pedido, assinale a alternativa correta de acordo com o que está previsto no novo diploma legal:

- a) as partes podem celebrar negócio jurídico processual, alterando elementos típicos do procedimento, como prazos e delimitação consensual das questões de fato sobre as quais incidirá o julgado. Jamais poderão delimitar, porém, as questões de direito sobre as quais incidirá a fundamentação da sentença, pois é livre o convencimento do juiz, desde que motivado.
- b) foi adotado o sistema de pedido contraposto, com a extinção da figura da reconvenção em peça autônoma.
- c) a reconvenção pode ser proposta contra o autor e terceiro; bem como pelo réu em litisconsórcio com terceiro.
- d) caso o juiz entenda que um dos pedidos está em condições de ser julgado antecipadamente, e outros não, julgará o pedido maduro através de decisão interlocutória, a qual será atacável por agravo de instrumento.

24. Sobre os títulos executivos, assinale a alternativa correta de acordo com as disposições do novo Código de Processo Civil:

- a) é título executivo judicial a decisão homologatória de autocomposição judicial, mesmo que envolva sujeito estranho ao processo e verse sobre relação jurídica que não tenha sido deduzida



em juízo.

- b) a carta arbitral não poderá ser executada por não figurar no rol de títulos executivos;
- c) é título executivo extrajudicial o crédito de auxiliar da justiça, quando as custas, emolumentos ou honorários tiverem sido aprovados por decisão judicial;
- d) o boleto bancário é título executivo extrajudicial.

25. Assinale a alternativa correta sobre execução definitiva e execução provisória, consoante as disposições do novo Código de Processo Civil:

- a) a decisão que fixa as *astreintes* somente poderá ser executada após o trânsito em julgado da sentença de mérito, na modalidade definitiva.
- b) a decisão que fixa as *astreintes* é passível de cumprimento provisório, devendo ser depositada em juízo, permitindo o levantamento do valor após o trânsito em julgado da sentença, seja ela favorável ou desfavorável a quem aproveite a multa, pois constitui crédito autônomo.
- c) a decisão que fixa as *astreintes* é passível de cumprimento provisório, devendo ser depositada em juízo, permitindo o levantamento do valor após o trânsito em julgado da sentença favorável à parte ou na pendência do agravo interposto ante a inadmissibilidade do recurso especial ou extraordinário.
- d) se à impugnação ao cumprimento da sentença for atribuído efeito suspensivo, tanto a execução definitiva como a provisória deverão aguardar seu julgamento para prosseguirem seu curso.

26. Juca é possuidor direto de um imóvel de propriedade de Plex, por força de um contrato de comodato celebrado entre ambos, e cuja duração é pelo prazo determinado de 6 meses. Está acordado que, ao término desse prazo, o imóvel deverá ser imediatamente devolvido, sem a necessidade de notificação prévia. Por meio de um adendo contratual, Juca se compromete a realizar uma obra de aformoseamento no imóvel, cujo custo será suportado na proporção de 50% para cada um (comodante e comodatário). Juca custeia sozinho as benfeitorias voluptuárias. O contrato é assinado por ambos os contratantes e duas testemunhas.

Com base no disposto no novo Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta:

- a) Se, ao término do prazo, Juca não devolver o imóvel, Plex poderá executar o contrato, cabendo ao magistrado citar o executado para que entregue o imóvel no prazo de 15 dias, sob pena de ser expedido mandado de imissão na posse em favor do exequente, independentemente de liquidação prévia das benfeitorias indenizáveis.
- b) se, ao término do contrato, Plex optar por uma ação de conhecimento para haver o seu imóvel, Juca poderá pleitear, na contestação, o recebimento dos 50% a título de indenização pelas benfeitorias voluptuárias realizadas.
- c) a execução desse contrato é impossível, pois as benfeitorias indenizáveis deverá ser previamente liquidadas em ação de conhecimento.
- d) a execução desse contrato é possível, pois não há direito a indenização por benfeitorias voluptuárias no Direito brasileiro.

27. Com relação ao Recurso, é correto afirmar, assinalando a alternativa correta.

- a) O recurso extraordinário e o recurso especial não impedem a execução da sentença e devem ser interposto no prazo de 10 (dez) dias.
- b) O prazo para a interposição de recurso Especial é de 10 (dez) dias
- c) A desistência do recurso depende da anuência da outra parte vencida.
- d) Considera-se aceitação tácita a prática sem reserva alguma, de ato incompatível com a vontade de recorrer.

**28. Das alternativas abaixo, assinale a incorreta:**

- a) Na apelação, nos embargos infringentes, no recurso ordinário, no recurso especial, no recurso extraordinário e nos embargos de divergência, o prazo para interpor e para responder é de 15 (quinze) dias.
- b) O recurso interposto por um dos litisconsortes a todos aproveita, salvo se distintos ou opostos os seus interesse.
- c) A parte, que aceitar expressa ou tacitamente a sentença ou a decisão, não pode recorrer.
- d) A apelação devolverá ao Tribunal o conhecimento de toda matéria, inclusive àquela que não foi impugnada.

29. Sobre o processo coletivo, conforme legislação em vigor, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Sempre existe conexão entre ação coletiva e a ação individual com o mesmo objeto, porquanto resta configurada a identidade de causa de pedir e de pedido entre ambas, independentemente de as partes serem distintas.
- b) Havendo a tramitação de uma ação coletiva, lato sensu, e outra individual sobre o mesmo objeto, os efeitos da coisa julgada *erga omnes* ou *ultra partes* daquela ação não beneficiarão os autores desta demanda, se nesta ação não for requerida sua suspensão no prazo de trinta dias, a contar da ciência nos autos do ajuizamento da ação coletiva.
- c) Jamais se admite a convivência entre ação coletiva e outra ação individual, sobre o mesmo objeto, diante da configuração da litispendência, pois o resultado entre ambas as demandas comunicam-se, devendo, neste caso, haver a reunião processual, necessariamente.
- d) Na ação que tenha por fundamento a proteção de interesses coletivos, *stricto sensu*, a coisa julgada tem efeito *erga omnes*, independentemente de o beneficiário pertencer ou não, ao grupo, categoria ou classe.

30. Sobre o procedimento monitório, previsto no Código de Processo Civil de 1973, é CORRETO afirmar:

- a) A ação monitória é cabível, apenas, para cobrança de valores, assim compreendidas as obrigações de pagar quantia certa, razão pela qual não se compreende no objeto da ação monitória a entrega de bem móvel.
- b) A ação monitória é o instrumento adequado à cobrança de valores constantes de prova escrita, a qual deve ter eficácia de título executivo, dotada das características de liquidez, certeza e exigibilidade.
- c) Pela orientação sumular do Superior Tribunal de Justiça é admissível a ação monitória fundada em contrato de abertura de crédito bancário, instruído com extrato da conta-corrente, ainda que não se revista da qualidade de título executivo.
- d) Ao réu, citado em procedimento monitório, é facultado, apenas, pagar ou entregar a coisa, conforme o pedido do autor, ou ainda, ingressar com embargos monitórios, no prazo de 15 dias, sendo vedadas outras modalidades defensivas, especialmente a reconvenção, mesmo que o procedimento tenha se ordinarizado ao longo de sua tramitação, conforme entendimento sumulado pelo Superior Tribunal de Justiça.



DIREITO PENAL

31. Arthur, brasileiro, comete um crime de homicídio, ao ceifar a vida de Juan, argentino, em pleno vôo de um avião da TAM, no momento em que esse sobrevoava o Oceano Atlântico, entre o Rio de Janeiro (origem) e Lisboa (destino). Neste caso, é CORRETO afirmar:

- a) Apenas a lei penal argentina será aplicada ao caso.
- b) Apenas a lei penal portuguesa será aplicada ao caso, pois era aquele país o destino do avião.
- c) A lei penal brasileira será aplicada ao caso, pois se trata da bandeira do avião comercial, em espaço aéreo internacional.
- d) Não há hipótese que permita a aplicação da lei penal brasileira ao caso, pois o crime aconteceu enquanto o avião sobrevoava espaço aéreo internacional.

32. Marcos, primário e de bons antecedentes, é condenado ao cumprimento de pena privativa de liberdade de 4 (quatro) meses, pela prática de furto tentado. Sobre a substituição da pena, é CORRETO afirmar:

- a) A pena aplicada poderá ser substituída por multa.
- b) A pena aplicada poderá ser substituída por prestação de serviços à comunidade.
- c) A pena aplicada poderá ser substituída por *sursis*.
- d) Não cabe qualquer hipótese de substituição da pena.

33. Assinale a assertiva CORRETA sobre o crime de homicídio:

- a) O homicídio, seja ele simples ou qualificado, é crime hediondo.
- b) É entendimento jurisprudencial pacífico o reconhecimento do homicídio qualificado-privilegiado, desde que as qualificadoras sejam de caráter objetivo.
- c) O homicídio pode ser classificado como crime permanente.
- d) A embriaguez sempre exclui a imputabilidade penal.

34. Sobre o crime de lesões corporais, é CORRETO afirmar:

- a) A ação penal será sempre pública condicionada à representação.
- b) Quando as lesões forem recíprocas, em qualquer grau de gravidade, poderá deixar o juiz de aplicar a pena.
- c) Lesões corporais seguidas de morte constituem crime na modalidade preterdolosa, pois há dolo nas lesões corporais e culpa na morte da vítima.
- d) O crime de lesões corporais seguidas de morte deve ser julgado perante o Tribunal de Júri, eis que se trata de crime contra a vida.

35. Sobre os crimes patrimoniais, pode-se afirmar:

- a) No crime de extorsão mediante sequestro, se o crime é cometido em concurso, o concorrente que o denunciar à autoridade, facilitando a liberação do sequestrado, terá sua pena reduzida de um a dois terços.
- b) Aplica-se a majorante do furto noturno para qualquer furto que ocorra no período noturno, independentemente da vigília ou não da vítima.
- c) É possível o reconhecimento do princípio da bagatela, em razão do valor do bem subtraído, em caso de crime de roubo.
- d) O crime de dano, em qualquer das suas formas, em razão da pena, é crime de menor potencial ofensivo.

**36. Em relação ao crime de receptação, é INCORRETO afirmar:**

- a) Constitui crime de receptação adquirir ou receber coisa que, por sua natureza ou pela desproporção entre o valor e o preço, ou pela condição de quem a oferece, deve presumir-se obtida por meio criminoso.
- b) No caso da chamada receptação culposa, se o criminoso é primário, pode o juiz, tendo em consideração as circunstâncias, deixar de aplicar a pena.
- c) Aplica-se à receptação dolosa os benefícios do crime privilegiado, tais como aplicados ao furto (art. 155, par. 2º, do CP).
- d) A receptação só é punível quando conhecido e condenado o autor do crime de que proveio a coisa.

37. A ação penal para processamento do crime de estupro de vulnerável, previsto no art. 217, A do CP é:

- a) Pública condicionada à representação da vítima.
- b) Pública incondicionada.
- c) Privada.
- d) Pública condicionada à representação do Ministério Público.

38. O dentista que, no exercício de sua atividade profissional, fornece atestado falso comete o crime de:

- a) Falsidade de documento público.
- b) Falsidade de documento particular.
- c) Falsidade de atestado odontológico.
- d) Falsidade ideológica.

39. Considera-se funcionário público para fins penais:

- a) Apenas aquele que transitoriamente exerce cargo, emprego ou função pública.
- b) Aquele que exerce cargo, emprego ou função pública, mesmo que transitoriamente ou sem remuneração.
- c) Apenas aquele que sem remuneração exerce cargo, emprego ou função pública.
- d) Apenas aquele que prestou concurso público de provas e títulos.

40. Aquele que provoca a ação da autoridade, comunicando-lhe a ocorrência de crime ou de contravenção que sabe não se ter verificado pratica o crime de:

- a) Comunicação falsa de crime.
- b) Denúnciação caluniosa.
- c) Falso testemunho.
- d) Falsa perícia.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

41. A proteção de direitos do acusado antes do trânsito em julgado da sentença penal condenatória; a eventual produção de prova de ofício pelo juiz; o uso de interpretação de norma processual mais favorável ao réu em caso de dúvida; e o oferecimento de transação penal em ação penal pública incondicionada, possuem relação com os seguintes princípios do processo penal:

- a) Presunção de inocência, busca da verdade real, *favor rei*, e obrigatoriedade ou legalidade.
- b) Indisponibilidade, obrigatoriedade, *in dubio pro reo* e legalidade.



- c) In dubio pro reo, busca da verdade real, retroatividade e indisponibilidade.
- d) Presunção de inocência, oficiosidade, *favor rei* e *in dubio pro societate*.

42. Quanto ao inquérito policial, é acertado afirmar:

- a) Pode ser arquivado pela autoridade policial, desde que se trate de evidente caso de excludente de ilicitude.
- b) Somente pode ser arquivado pelo juiz, em qualquer caso.
- c) A autoridade policial pode arquivar o inquérito diante de expressa manifestação favorável do Ministério Público.
- d) Pode ser desarquivado de ofício pelo juiz da causa, seja qual for a espécie de ação penal, desde que novas provas tenham surgido.

43. A ação penal pública, assim como a ação penal privada, possuem em comum as seguintes características:

- a) Autoritariedade e obrigatoriedade.
- b) Indivisibilidade e indisponibilidade.
- c) Indivisibilidade e intranscendência.
- d) Intranscendência e oficiosidade.

44. Relativamente ao procedimento comum ordinário, aponte a assertiva equivocada:

- a) Após a apresentação de resposta à acusação, não poderá o magistrado absolver sumariamente o acusado, devendo o feito ser submetido à instrução completa.
- b) Pode o juiz, mesmo antes da resposta à acusação, rejeitar liminarmente a queixa ou a denúncia.
- c) Caso o acusado não apresente resposta à acusação e tampouco constitua defensor, o juiz nomeará defensor para apresentá-la no prazo de dez dias.
- d) Na audiência de instrução, desde que requerido previamente pelas partes, poderão ser ouvidos peritos para prestar esclarecimentos.

45. A prisão preventiva no processo penal pode ser decretada:

- a) Em face do descumprimento de medidas cautelares alternativas à prisão anteriormente decretadas.
- b) Somente através de requerimento das partes ou de representação da autoridade policial.
- c) De ofício pelo juiz tanto na fase inquisitorial como em juízo.
- d) Mesmo sendo cabível a sua substituição por outra medida cautelar diversa da prisão.

46. Considerando o assistente da acusação e sua atuação no processo penal, é errôneo afirmar:

- a) Poderá arazoar os recursos interpostos pelo Ministério Público.
- b) Somente pode ser admitido no feito após manifestação do Ministério Público.
- c) Não atua, nesta condição, na fase do inquérito, tampouco pode ingressar na fase da execução penal.
- d) Do despacho que não admitir o assistente caberá recurso em sentido estrito.

47. Em relação à suspensão do processo e do curso da prescrição previstos no art. 366 do CPP, assinale a alternativa correta:

- a) Para aplicação, basta o réu ser citado por edital.
- b) Caso realizada a suspensão, automaticamente se decretará a prisão preventiva do réu.
- c) Não se aplica ao acusado que, citado com hora certa, não comparece e tampouco constitui



advogado.

d) Durante o curso da suspensão não pode ser praticado nenhum ato instrutório.

48. Considerando as provas no processo penal, aponte a alternativa equivocada:

a) Pode o juiz discordar de laudo confeccionado por perito oficial.

b) Não pode o juiz, de ofício, determinar a realização de diligências para dirimir dúvida sobre ponto relevante.

c) A prova tida por ilícita será desentranhada do feito, mas o juiz que assim a reconhecer ainda poderá julgar o feito.

d) O exame de corpo de delito pode ser realizado por apenas um perito oficial.

49. Quanto às nulidades no processo penal, indique a assertiva correta:

a) Pode o tribunal reconhecer, de ofício, nulidade em favor da acusação em recurso exclusivo da defesa.

b) Apenas as nulidades absolutas estão sujeitas à preclusão.

c) A nulidade por ilegitimidade do representante da parte é insanável.

d) Não se declara a nulidade de ato que não tenha causado prejuízo à parte.

50. Aponte a alternativa verdadeira em relação aos recursos no processo penal:

a) Há recursos previstos na Constituição Federal, na legislação infraconstitucional e nos regimentos internos dos tribunais.

b) O princípio da fungibilidade permite o recebimento de recurso interposto por erro grosseiro.

c) O princípio da unirrecorribilidade não admite exceções no processo penal.

d) Não há previsão de recurso que apenas pode ser manejado pela defesa.

DIREITO ADMINISTRATIVO

51. Sobre a organização da administração pública, é INCORRETO afirmar:

a) As fundações públicas são entidades descentralizadas integrantes da administração pública indireta, como são exemplos a FUNAI e a FUNASA.

b) Ainda que constituídas como pessoas jurídicas de direito privado, as empresas estatais prestadoras de serviços públicos submetem-se ao dever de realizar concurso para a contratação de seu pessoal, sob o regime de emprego público.

c) Na relação entre a União e suas autarquias há a chamada supervisão ministerial, uma espécie de controle que caracteriza a subordinação hierárquica da autarquia à União.

d) Para as autarquias, a exemplo do Banco Central do Brasil, do INSS e das agências reguladoras, a responsabilidade civil decorre do artigo 37, § 6º da Constituição, que prevê a responsabilidade civil objetiva, fundada no risco da atividade administrativa.

52. Sobre as licitações públicas, é INCORRETO afirmar:

a) A Lei Federal n. 8.666/93 prevê como modalidades de licitação a concorrência pública, a tomada de preços, o registro de preços, o convite, o concurso e o pregão.

b) São princípios aplicáveis às licitações públicas o procedimento formal, a vinculação ao instrumento convocatório e o julgamento objetivo.

c) Fazem parte da fase externa da licitação a habilitação, o julgamento, a homologação e a adjudicação.

d) No âmbito da Lei Federal n. 8.666/93, não se pode confundir os tipos de licitação com as modalidades de licitações.



53. Quando a administração pública promove atividades de fiscalização administrativa sobre a atividade particular, bem como restrições ao exercício da liberdade ou propriedade dos particulares, com a aplicação de multas e outras sanções no caso de infrações, isso caracteriza o exercício do poder:

- a) disciplinar.
- b) regulamentar.
- c) hierárquico.
- d) de polícia.

54. Sobre o regime jurídico dos servidores públicos, é CORRETO afirmar:

- a) Na sindicância, a comissão poderá indicar o seu arquivamento, a abertura de processo disciplinar ou a aplicação das penalidades de advertência, suspensão e demissão.
- b) A Constituição garante a livre associação sindical aos servidores públicos em geral, exceto no caso dos servidores militares e aos ocupantes de cargos em comissão.
- c) A Constituição prevê que o prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período.
- d) Conforme assegurado pela Constituição, o servidor público estável somente perderá o cargo público em virtude de sentença judicial transitada em julgado, desde que assegurada a ampla defesa.

55. Sobre a organização da administração pública, é CORRETO afirmar:

- a) A descentralização administrativa exige a criação de pessoa jurídica de direito público, dotada de patrimônio próprio, pessoal e atribuições, com a transferência da execução de um serviço público ou atividade administrativa específica.
- b) Conforme previsão constitucional, somente por lei específica poderá ser criada a autarquia, ao passo que as empresas públicas e sociedades de economia mista têm sua instituição autorizada por lei específica.
- c) A desconcentração administrativa indica a criação de uma nova pessoa jurídica, enquanto a descentralização caracteriza-se pelo fracionamento da atividade administrativa em diferentes órgãos, integrantes da mesma pessoa jurídica de direito público.
- d) A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, que é dotada de soberania no plano interno, e os Estados, Distrito Federal e Municípios, dotados de autonomia, nos termos da Constituição.

56. Sobre os princípios constitucionais administrativos, é CORRETO afirmar:

- a) O artigo 37, *caput* da Constituição e seus respectivos incisos e parágrafos elencam normas constitucionais aplicáveis à administração pública direta e indireta, o que não exclui a aplicação à atividade administrativa de outras normas previstas pela Constituição.
- b) O princípio da publicidade, expressamente previsto na Constituição, impõe que os atos e realizações em geral do poder público sejam divulgados pelos meios legalmente previstos, o que justifica os gastos públicos com a divulgação dos respectivos atos, programas, obras, serviços e campanhas, ainda que tenham caráter de promoção pessoal.
- c) Segundo o artigo 37, *caput* da Constituição, são princípios expressos aplicáveis à administração pública direta e indireta de todos os entes políticos a legalidade, impessoalidade, moralidade, razoabilidade, publicidade, motivação e eficiência.
- d) A legalidade administrativa impõe a anulação a qualquer tempo de todos os atos ilegais do poder público, com a total desconstituição de seus efeitos, vedada a previsão infraconstitucional de qualquer prazo de decadência administrativa.



57. Sobre os atos administrativos, é INCORRETO afirmar:

- a) O conteúdo (objeto) e o motivo dos atos administrativos admitem o exercício de competências discricionárias, ao passo que a competência configura requisito vinculado dos atos administrativos.
- b) Os atos discricionários, ainda que assegurem uma margem de liberdade ao agente, não podem indicar o exercício de arbitrariedades ou ilegalidades, uma vez que estão submetidos às normas constitucionais e infraconstitucionais aplicáveis.
- c) A presunção de legitimidade é atributo característico dos atos administrativos, pelo que são legítimos os atos administrativos até que sejam invalidados, quer em sede de controle externo quer pelas prerrogativas de autotutela administrativa.
- d) O excesso de poder pode ser definido como um vício dos atos administrativos, caracterizado pelo desvio de finalidade do ato, quando o agente público atua de forma contrária à lei e ao interesse público.

58. Constatada uma série de irregularidades em determinado órgão público, determinado servidor público em estágio probatório passa a sofrer processo disciplinar, assegurado o contraditório e ampla defesa, sendo ao final considerado culpado, apenado com o seu desligamento do serviço público. A esta punição dá-se o nome de:

- a) demissão.
- b) aposentadoria compulsória.
- c) exoneração.
- d) ascensão.

59. Sobre as licitações públicas, é CORRETO afirmar:

- a) Nos casos de dispensa de licitação há contratação direta por conta da inviabilidade de competição.
- b) A Lei Federal n. 8.666/93 prevê que o julgamento das propostas será objetivo, em conformidade com os tipos de licitação, como a de menor preço, a de melhor técnica, a de técnica e preço e a de maior lance ou oferta.
- c) No pregão há a inversão das fases do procedimento licitatório, primeiro apurando a regularidade de documentação (habilitação) e depois discutindo o preço (julgamento).
- d) A inexigibilidade de licitação somente é cabível naqueles casos taxativamente previstos em lei, casos de contratação direta quando a administração pública não promove a licitação.

60. Sobre os poderes administrativos, é CORRETO afirmar:

- a) Com fundamento no poder de polícia, depois de regular processo administrativo disciplinar, respeitado os princípios do contraditório e da ampla defesa, o servidor público estatutário poderá sofrer a penalidade de demissão.
- b) O poder disciplinar refere-se à garantia da fiel execução e aplicação das leis pelo poder público, mas sem inovar na ordem jurídica, com a criação de direitos ou imposição de obrigações, ressalvadas aquelas situações decorrentes do poder normativo constitucional.
- c) O poder discricionário caracteriza-se pela margem de liberdade do agente público competente, para decidir pela prática do ato administrativo segundo razões de conveniência e oportunidade.
- d) O poder regulamentar, que decorre de competências discricionárias, caracteriza-se pela restrição administrativa ao exercício dos direitos de liberdade e propriedade pelos particulares.



DIREITO TRIBUTÁRIO

61. Dentre os tributos abaixo, assinale aquela assertiva que contém apenas aqueles que podem ser instituídos pelos Municípios.

- a) Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e prestação de Serviços – ICMS; Contribuição para o Custeio do regime de previdência de seus servidores; Taxas.
- b) Contribuição de melhoria; Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública – COSIP; Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis por ato Oneroso – ITBI.
- c) Imposto sobre Serviços – ISS; Contribuição de melhoria; Empréstimo Compulsório.
- d) Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA; Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e prestação de Serviços – ICMS; Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE.

62. Marcela arrematou um terreno no bairro Saco dos Limões, em um leilão judicial da 1ª Vara do trabalho de Florianópolis. Arrematou-o por R\$ 15.000,00 mas, passados 3 meses, foi surpreendida com a cobrança de R\$ 2.100,00 relativos a IPTUs do terreno em atraso, dos últimos 4 anos. Questionada, a Prefeitura diz que a obrigação é *propter rem* e segue a coisa. Nestas condições, assinale a alternativa correta:

- a) a responsabilidade pelo pagamento do tributo é de Angelina, pois aplica-se ao caso a regra que diz que as dívidas tributárias se subrogam na pessoa do adquirente.
- b) a responsabilidade pelo pagamento do tributo deve recair sobre o antigo proprietário, uma vez que o imóvel foi adquirido através de hasta pública (leilão judicial).
- c) quando o imóvel é adquirido em hasta pública, os débitos de IPTU subrogam-se no preço pago, de forma que Angelina receberá o imóvel livre deste ônus.
- d) a responsabilidade pelo pagamento de tributo será de Angelina se os débitos de IPTU constavam do edital. Se o edital não fazia menção, a responsabilidade pelo pagamento será do antigo proprietário.

63. Arlindo, Breno, Célio e Dilnei são irmãos e adquiriram um terreno em condomínio, para investimento. Cada um investiu R\$ 250.000,00 necessários para a aquisição do terreno no valor total de R\$ 1.000.000,00. Ocorre que o IPTU de 2014, no valor de R\$ 8.000,00 não foi pago e uma execução fiscal foi ajuizada pelo Município de Garopaba. Sobre esta situação fática frente aos débitos de IPTU, assinale a alternativa correta:

- a) Os quatro irmãos serão sujeito passivo do IPTU, cada um sendo obrigado ao pagamento de R\$ 2.000,00 (25%).
- b) Caso Célio efetue o pagamento de R\$ 2.000,00, está liberado da solidariedade existente entre os devedores.
- c) Os quatro irmãos serão sujeito passivo do IPTU, cada um obrigado ao pagamento da totalidade da dívida.
- d) Caso Dilnei seja titular de uma isenção concedida em caráter pessoal, não estará liberado da solidariedade com relação aos R\$ 6.000,00 restantes.

64. Sobre a constituição do crédito tributário e sua modificação, assinale a alternativa correta:

- a) A entrega de declaração pelo contribuinte, reconhecendo o débito fiscal, constitui o crédito tributário, dispensada qualquer outra providência por parte do sujeito ativo.
- b) o lançamento tributário pode ser alterado a qualquer momento pelo sujeito ativo da obrigação tributária, sendo suficiente para tal a fundamentação do ato administrativo de lançamento.
- c) o lançamento tributário somente pode ser alterado em caso de recurso de ofício e de dolo do sujeito passivo ao fraudar as informações apresentadas quando do lançamento por homologação.



d) A entrega de declaração pelo contribuinte, informando o débito fiscal, necessita de formalização de lançamento de ofício por parte do sujeito ativo.

65. No que concerne à capacidade tributária passiva, analise os itens a seguir e assinale a alternativa correta:

- a) Um paciente internado na UTI em coma profundo há 6 anos, proprietário de um veículo automotor, perderá a qualidade de contribuinte do IPVA (imposto sobre a propriedade de veículo automotor) quando for obtida a sua curatela.
- b) Um menor com 5 anos de idade que possui um bem imóvel registrado em seu nome, ainda que sob tutela de seus pais, não perde a qualidade de contribuinte do IPTU (imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana).
- c) O locatário de imóvel é sujeito passivo do IPTU na qualidade de responsável tributário, quando previsto no contrato de locação a sua responsabilidade pelo recolhimento do tributo.
- d) Uma unidade econômica sem personalidade jurídica (“pessoa jurídica” não constituída regularmente) não pode ser contribuinte de IRPJ (imposto sobre a renda da pessoa jurídica).

66. A empresa Hipotético Condicional Cursos e Treinamentos Ltda. encerrou suas atividades (“fechou as portas”) sem a baixa nos órgãos competentes (Junta Comercial e Receitas Municipal e Federal), deixando em aberto dívidas de ISS – Imposto sobre Serviços e INSS – contribuição previdenciária, esta última retida do salário dos empregados mas não recolhida. Sabendo-se que a empresa possui como sócios Agnelo, sócio cotista com 2% do capital social e Luigi, sócio administrador com 98% do capital social, assinale a alternativa correta:

- a) o inadimplemento da obrigação tributária pela sociedade gera, por si só, a responsabilidade tributária do sócio administrador, independentemente do tributo suprimido.
- b) é possível a responsabilidade dos sócios cotistas (sem poder de gerência e administração) pelos débitos de ISS – Imposto sobre Serviços.
- c) presume-se dissolvida irregularmente a empresa que deixar de funcionar no seu domicílio fiscal, sem comunicação aos órgãos competentes, legitimando o redirecionamento da execução fiscal para o sócio administrador.
- d) não será possível o redirecionamento da execução fiscal a nenhum dos sócios da empresa, vez que o ato de encerrar as atividades sem a comunicação dos órgãos competentes não constitui hipótese autorizadora de tal medida.

67. Sobre a suspensão da exigibilidade do crédito tributário, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Tendo apenas um débito e verificada uma das hipóteses de suspensão da exigibilidade deste crédito tributário, o contribuinte obterá certidão positiva com efeitos de negativa.
- b) A moratória constitui uma postergação do prazo para pagamento do tributo, de forma que durante este período a exigibilidade do crédito fica suspensa.
- c) O parcelamento é forma de suspensão da exigibilidade do crédito tributário.
- d) Em caso de discussão judicial do crédito tributário, para proceder ao depósito do montante integral o contribuinte terá que obter autorização judicial.



68. Empresa optante do Simples Nacional deixou de recolher o tributo durante todo o ano de 2009, R\$ 500,00 mensais que venciam todo o dia 20 do mês seguinte (ex.: faturamento do mês de janeiro, vencimento no dia 20 de fevereiro; faturamento do mês de dezembro, vencimento no dia 20 de janeiro). Em 15/04/2010 a empresa entregou sua DASN (declaração anual do simples nacional), informando o débito global de R\$ 6.000,00. Ocorreu que, em 10/04/2015 a empresa foi citada em execução fiscal referente a este ano de 2009, cujo “cite-se” se deu em 17/01/2015. Contribuinte comparece aos autos alegando a prescrição do crédito tributário. Dentro deste contexto:

- a) Ocorreu a prescrição dos créditos tributários de todas as competências de 2009, janeiro a dezembro, tendo em vista o transcurso de mais de 5 anos entre o último vencimento (20/01/2015) até a citação do devedor.
- b) Ocorreu a prescrição dos créditos tributários de janeiro de 2009 a novembro de 2009 mas não a de dezembro de 2009, tendo em vista que entre o vencimento (20/01/2015) e o despacho que determina a citação não se passaram 5 anos.
- c) Não ocorreu a prescrição dos créditos tributários, uma vez que não se passaram 5 anos entre a data da entrega da declaração (15/04/2010) e o despacho que determinou a citação (17/01/2015).
- d) Não ocorreu a prescrição dos créditos tributários, uma vez que os tributos precisam ser alvo de lançamento e notificação fiscal pelo sujeito ativo.

69. A empresa XYZ Comércio de Automóveis Ltda. alugou um imóvel na Av. das Flores Bonitas, onde antes estava estabelecida a empresa ABC Só Carros Luxuosos Ltda.. Esta última possui débitos de ICMS, referentes ao ano de 2014, na ordem de R\$ 15.000,00. Partindo destes fatos, julgue os itens a seguir e assinale a alternativa que corresponde corretamente à sujeição passiva tributária das empresas:

I – o fato de a empresa XYZ alugar o imóvel onde antes estava localizada a empresa ABC não autoriza a responsabilidade tributária da empresa XYZ sucessão tributária;

II – caso a empresa ABC deixe de funcionar, sem retomar as atividades dentro de seis meses, a responsabilidade da empresa XYZ pelos débitos da empresa ABC será solidária;

III – caso a empresa ABC permaneça em funcionamento mas em outro endereço, a responsabilidade da empresa XYZ pelos débitos da empresa ABC será solidária;

IV – caso a empresa ABC retome suas atividades após quatro meses e dezoito dias, a responsabilidade da empresa XYZ pelos débitos tributários será integral

- a) apenas a assertiva I está correta.
- b) apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.
- c) apenas as assertivas III e IV estão corretas.
- d) apenas as assertivas I, III e IV estão corretas.

70. Sobre a obrigação tributária, julgue os itens a seguir e assinale a alternativa correta:

I – a existência de uma obrigação tributária acessória pressupõe a existência de uma obrigação tributária principal.

II – pagar IPTU não é uma obrigação tributária.

III – emitir nota fiscal é uma obrigação tributária.

IV – escriturar livros fiscais é uma obrigação tributária.

V – segundo o Código Tributário Nacional, a obrigação de pagar multas e juros tributários constitui-se como obrigação acessória.

- a) apenas as alternativas I, e IV estão corretas.
- b) apenas as alternativas I, III e IV estão corretas.
- c) apenas as alternativas II e V estão corretas.
- d) apenas as alternativas III e IV estão corretas.

**DIREITO EMPRESARIAL**

71. A Lei nº 12.441/2011, procurando apresentar mais uma opção para as pessoas que desejam se constituir como empresa, instituiu a Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - “EIRELI”. Sobre a EIRELI, dentre as alternativas abaixo, assinale a CORRETA:

- a) É uma pessoa natural que apresenta responsabilidade ilimitada perante terceiros no exercício de sua profissão.
- b) É uma sociedade empresária constituída por um único sócio.
- c) É o empresário individual com responsabilidade limitada perante terceiros.
- d) É uma pessoa jurídica de direito privado de responsabilidade limitada constituída por uma única pessoa titular da totalidade do capital social.

72. O Código Civil (Lei n. 10.406/2002), que trata do direito societário, apresenta vários tipos de sociedades, cada uma com as suas características próprias. Dentre as alternativas abaixo, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Na sociedade em conta de participação a atividade constitutiva do objeto social é exercida unicamente pelo sócio ostensivo.
- b) As sociedades cooperativas, independentemente do objeto social, são sempre sociedades empresárias.
- c) A sociedade simples não possui personalidade jurídica, sendo desnecessária a inscrição de seu contrato social no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede.
- d) Na sociedade em comum, apenas o sócio majoritário responde ilimitada pelas obrigações da sociedade.

73. O Código Civil (Lei n. 10.406/2002), ao tratar das sociedades personificadas, apresenta a sociedade simples, aquela formada por quem exerce profissão intelectual de natureza científica, literária ou artística. Dentre as alternativas abaixo, assinale CORRETA:

- a) A distribuição de lucros ilícitos ou fictícios acarreta responsabilidade solidária dos sócios e dos administradores que a realizarem e dos sócios que os receberem, conhecendo ou devendo conhecer-lhe a ilegalidade.
- b) A administração da sociedade, nada dispondo o contrato social, compete ao sócio que for titular da maioria das quotas do capital social da sociedade.
- c) Até dois anos depois de averbada a modificação do contrato, no caso de cessão total ou parcial de quota na sociedade, responde o cedente solidariamente com o cessionário, perante a sociedade e terceiros, pelas obrigações que tinha como sócio
- d) O sócio, admitido em sociedade já constituída, se exime das dívidas sociais anteriores à admissão.

74. O Código Civil (Lei n. 10.406/2002) estabelece normas para disciplinar a sociedade limitada. Dentre as alternativas abaixo, assinale a CORRETA:

- a) A sociedade limitada é administrada por uma ou mais pessoas. A administração atribuída no contrato a todos os sócios se estende de pleno direito aos que posteriormente adquiram essa qualidade.
- b) Na sociedade limitada, independentemente do número de sócios, as deliberações serão tomadas em assembleia.
- c) Na sociedade limitada, não integralizada a quota de sócio remisso, os outros sócios podem, tomá-la para si ou transferi-la a terceiros, excluindo o primitivo titular e devolvendo-lhe o que houver pago, deduzidos os juros da mora, as prestações estabelecidas no contrato mais as



despesas.

d) Na sociedade limitada, independentemente da integralização ou não do capital social, a responsabilidade do sócio é restrita ao valor de suas quotas.

75. De acordo com a Lei nº 6.404/76, que trata da sociedade anônima, assinale a alternativa CORRETA:

a) Nas sociedades anônimas os detentores de ações ordinárias têm direito de voto nas assembleias gerais e os de ações preferenciais têm preferência no recebimento dos dividendos.

b) As sociedades anônimas podem emitir os seguintes títulos negociáveis: partes beneficiárias, bônus de subscrição, letra de câmbio e debêntures.

c) Os membros do conselho de administração, na sociedade anônima, devem ser acionistas da sociedade para a qual ele fará parte como conselheiro.

d) A realização das assembleias gerais de acionistas deve ser precedida da publicação do edital de convocação, quer seja de capital fechado ou de capital aberto e o prazo é de 15 dias e 8 dias de antecedência.

76. De acordo com a Lei nº 11.101/05, que trata sobre a recuperação e falência da empresa, assinale a alternativa CORRETA:

a) Da decisão que decreta a falência cabe apelação, e da sentença que julga a improcedência do pedido cabe agravo.

b) Será decretada a falência do devedor que, sem relevante razão de direito, não paga, no vencimento, obrigação líquida materializada em título ou títulos executivos protestados cuja soma ultrapasse o equivalente a 40 (quarenta) salários mínimos na data do pedido de falência.

c) O administrador judicial não poderá alugar ou celebrar outro contato referente aos bens da massa falida, com o objetivo de produzir renda para a massa falida.

d) Poderá requerer a recuperação judicial o devedor que, dentre outros requisitos, não tenha, há menos de 8 (oito) anos, obtido concessão de recuperação judicial com base em plano especial.

77. De acordo com a legislação brasileira, que trata da reorganização societária, assinale a alternativa CORRETA:

a) O ato de transformação independe de dissolução ou liquidação da sociedade, porém resulta em modificação, em qualquer caso, dos direitos dos credores.

b) Na incorporação, uma ou várias sociedades são absorvidas por outra, que lhes sucede em todos os direitos e obrigações e que origina uma nova sociedade.

c) A cisão é a operação pela qual a sociedade transfere parcelas do seu patrimônio para uma ou mais sociedades, constituídas para este fim ou já existentes, extinguindo-se a companhia cindida, se houver versão de todo o seu patrimônio, ou dividindo-se o seu capital, se parcial a versão.

d) A fusão não determina a extinção das sociedades que se unem para formar sociedade nova, que a elas sucederá nos direitos e obrigações.

78. A Lei nº 11.101/05, disciplina a forma como os créditos são classificados no processo de falência. A respeito deste assunto, assinale a alternativa CORRETA:

a) Os créditos trabalhistas de natureza estritamente salarial vencidos nos 3 (três) meses anteriores à decretação da falência, até o limite de 5 (cinco) salários mínimos por trabalhador, serão pagos tão logo haja disponibilidade em caixa.

b) As restituições prevalecem a todos os demais créditos na ordem de classificação dos créditos.

c) As remunerações devidas ao administrador judicial e seus auxiliares, e créditos derivados da legislação do trabalho ou decorrentes de acidente de trabalho relativos a serviços prestados após



a decretação da falência são considerados créditos concursais.

d) Os créditos quirografários preferem a todos os demais créditos na ordem de classificação de créditos.

79. De acordo com a legislação sobre títulos de crédito, assinale a alternativa CORRETA:

a) A morte do emitente do cheque ou a sua incapacidade superveniente à emissão invalidam os efeitos do cheque.

b) A nota promissória em que se não indique a época do pagamento não terá validade.

c) O pagamento de uma letra de câmbio não pode ser no todo ou em parte garantido por aval

d) A perda ou extravio da duplicata obrigará o vendedor a extrair triplicata, que terá os mesmos efeitos e requisitos e obedecerá às mesmas formalidades daquela.

80. De acordo com a Lei n. 7.357/85, que dispõe sobre o cheque e dá outras providências, assinale a alternativa CORRETA:

a) O cheque é um título de crédito, emitido pelo sacador ao beneficiário e que admite aceite.

b) O cheque prescreve em 6 (seis) meses, contados da data da sua apresentação.

c) O pagamento do cheque se fará à medida em que forem apresentados e se dois ou mais forem apresentados simultaneamente, sem que os fundos disponíveis bastem para o pagamento de todos, terão preferência os de emissão mais antiga e, se da mesma data, os de número inferior.

d) No cheque, feita a indicação da quantia em algarismos e por extenso, prevalece o valor em algarismos no caso de divergência.

JUIZADOS ESPECIAIS

81. Sobre o polo passivo nos Juizados Especiais Cíveis, considerando o que foi tratado em sala de aula e também os Enunciados do Fonaje, atente para a seguinte situação hipotética: Lei Estadual propôs que as empresas públicas e sociedades de economia mista do Estado e dos Municípios podem ser demandadas nos Juizados Especiais Cíveis. Diante disso, é CORRETO afirmar:

a) Dado o Enunciado nº 3 do Fonaje (“Lei local não poderá ampliar a competência do Juizado Especial”), as sociedades de economia mistas estaduais e municipais não poderão residir em polo passivo no JECív.

b) Dado o art. 8º da Lei 9099/95 (“Não poderão ser partes, no processo instituído por esta Lei, o incapaz, o preso, as pessoas jurídicas de direito público, as empresas públicas da União, a massa falida e o insolvente civil”), não ocorrerá de tais entidades serem rés no Juizado Especial Cível.

c) O Estado não poderia incluir a referência aos Municípios, por ser necessário lei de iniciativa destes para o efeito pretendido.

d) Conquanto não seja dado ao Estado legislar a respeito, observa-se pela redação da Lei 9099/95 que não houve vedação para que esses entes fossem demandados perante o Juizado Cível, de modo que mesmo sem ela é possível direcionar ações a tais entes no JECív.

82. Em sede de Juizados Especiais Cíveis dos Estados, é CORRETO afirmar:

a) Não há mais possibilidade vigente de manejar embargos de declaração para sanar “dúvida”.

b) Os embargos de declaração não alcançam o texto das decisões dos Juízes Leigos, já homologadas pelo Juiz de Direito.

c) A interposição de embargos de declaração interrompe o prazo de interposição de recursos.

d) A interposição de embargos de declaração suspende o prazo de interposição de recursos.

83. Sobre as instâncias recursais previstas constitucionalmente para os Juizados Especiais Cíveis dos Estados, é ERRADO afirmar:



- a) Os Tribunais de Justiça dos Estados não estão ordinariamente na sequência das instâncias recursais originalmente previstas, passando por eles os recursos em geral.
- b) O Supremo Tribunal Federal faz parte da estrutura recursal das demandas submetidas aos JECív.
- c) As Turmas Recursais, que podem ser entendidas como 2ª instância original dos Juizados Especiais Cíveis dos Estados, são compostas por Magistrados em exercício no 2º Grau de Jurisdição.
- d) O Superior Tribunal de Justiça recebeu menção constitucional expressa sobre sua participação no sistema dos Juizados Especiais dos Estados.

84. Sobre os métodos de resolução adequada de disputas, tendo em vista também a Política Nacional de Mediação e Conciliação, capitaneada pelo Conselho Nacional de Justiça, é CORRETO afirmar:

- a) Não se aplica a Juizados Especiais, que têm sistema conciliatório próprio, não se identificando com os Centros Judiciários de Solução de Conflitos (CEJUSC) preconizados pela Resolução do CNJ a respeito desse tema.
- b) Trabalha para evitar que haja mediação e conciliação fora do âmbito do Poder Judiciário.
- c) Desencoraja o desenvolvimento da conciliação e da mediação no âmbito de processos já judicializados, promovendo-se que o façam como pré-requisito para ajuizamento das demandas, mesmo no sistema dos Juizados Cíveis.
- d) Trata-se de estudo multidisciplinar, que traz para as audiências saberes de outras áreas do saber, como a matemática, técnicas de vendas, neurolinguística, psicologia, administração.

85. Sobre a atividade do Juiz Leigo, nos Juizados Especiais Cíveis, é CORRETO afirmar:

- a) O Juiz Leigo deve ser preferencialmente Bacharel em Direito, impedido de ter inscrição ativa no quadro da OAB.
- b) Conciliador e Juiz Leigo são figuras de idêntico conceito jurídico e requisitos, podendo se utilizar a designação de um pela de outro sem quaisquer problemas jurídicos de identificação.
- c) Para a instrução processual, o Juiz Leigo atua como coletor de prova, suas decisões interlocutórias precluem e não podem ser revistas pelo Magistrado no momento da homologação da proposta de decisão à lide (sentença).
- d) Nenhuma das anteriores.

86. De acordo com as normas que regem os juizados especiais, assinale a alternativa correta.

- a) A competência do juizado especial criminal é determinada pelo lugar em que tenha sido praticada a infração penal, ou pelo lugar em que se tenha produzido seu resultado.
- b) Sempre que possível, a citação do autor do fato deverá ser feita pessoalmente no próprio juizado, ou por mandado, e, não sendo ele encontrado para ser citado, o juiz deverá encaminhar as peças existentes ao juízo criminal comum, visto não ser possível a citação por edital nos Juizados Especiais Criminais.
- c) Os atos processuais praticados nos juizados especiais criminais devem ser públicos, podendo realizar-se em horário noturno, em qualquer dia da semana, ressalvados domingos e feriados.
- d) O instituto da transação penal não se aplica no âmbito da justiça militar, salvo nos crimes militares próprios, desde que oferecidos por um Juiz Militar de carreira.

87. A respeito do procedimento dos juizados especiais criminais, assinale a opção correta.

- a) Conforme a pacífica jurisprudência dos tribunais superiores, é da competência do STF o



juízo de *habeas corpus* contra acórdão de apelação de turma recursal de juízo especial criminal.

b) Consoante jurisprudência dos tribunais superiores, compete ao STJ o julgamento de pedido de *habeas corpus* caso a autoridade coatora seja turma recursal dos juizados especiais.

c) Realizado pelo MP pedido de arquivamento de processo que tramite no juízo especial criminal, o oferecimento e o recebimento da denúncia pelo juiz da vara criminal, em face da incompetência do juízo, ensejam nulidade e remessa do inquérito policial ao procurador-geral, dada a hipótese de discordância em relação ao pedido de arquivamento.

d) Compete à justiça comum o julgamento de acusado de crime de menor potencial ofensivo em concurso formal com delito de outra natureza, visto que, no concurso de crimes, a pena considerada para a fixação da competência é a resultante da soma das penas previstas, havendo concurso material, ou da exasperação, no caso de concurso formal ou de crime continuado.

88. Assinale a afirmação correta em relação às disposições da Lei dos Juizados Especiais Criminais.

a) Quando houver reunião de processos, perante o tribunal do júri, decorrente da aplicação das regras de conexão e continência, não poderão ser utilizados os institutos da transação penal e da composição dos danos civis.

b) Os juizados especiais criminais são competentes para julgar as infrações penais de menor potencial ofensivo, ou seja, as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a 1 (um) ano, cumulada ou não com multa.

c) Os juizados especiais criminais, objetivam, sempre que possível, a reparação dos danos sofridos pela vítima e a aplicação de pena privativa de liberdade.

d) São critérios que orientam o processo perante o juízo especial criminal: oralidade, informalidade, economia processual e celeridade.

89. No tocante às disposições relativas aos Juizados Especiais Criminais, é correto afirmar que:

a) Da sentença proferida pelo juiz ao término do procedimento sumaríssimo caberão embargos de declaração quando houver obscuridade, contradição, omissão ou dúvida, embargos estes que suspenderão o prazo para o recurso.

b) Na hipótese de impossibilidade de citação pessoal do acusado, este será citado por edital e, se mesmo assim não comparecer, nem constituir advogado, ficarão suspensos, no Juízo Especial Criminal, o processo e o curso do prazo prescricional, podendo o juiz determinar a produção antecipada das provas consideradas urgentes.

c) A existência de condenação, pela prática de crime, à pena privativa de liberdade por sentença recorrível em desfavor do autor da infração de menor potencial ofensivo em apuração no Juízo Especial Criminal, impede a proposta de transação penal por parte do representante do Ministério Público.

d) O modelo da suspensão condicional do processo no Juízo Especial Criminal seguiu o modelo norte americano e não o modelo do *nolo contendere* da escola italiana.

90. Sobre os Juizados Especiais Criminais, é INCORRETO:

a) É cabível recurso extraordinário contra decisão proferida por turma recursal de juízo especial criminal.

b) Reunidos os pressupostos legais permissivos da suspensão condicional do processo, mas recusando o Promotor de Justiça a propô-la, o Juiz, dissentindo, remeterá a questão ao Procurador-Geral, aplicando-se por analogia o art. 28 do Código de Processo Penal.

c) Da sentença que homologa a transação penal, com acolhimento da proposta do Ministério



Público aceita pelo autor da infração, ensejando a aplicação da pena restritiva de direitos ou multa, não caberá qualquer recurso.

d) No procedimento Sumaríssimo, nos termos da Lei n° 9.099/1995, para o oferecimento da denúncia, que será elaborada com base no termo de ocorrência referido no art. 69 da referida lei, com dispensa do inquérito policial, prescindir-se-á do exame do corpo de delito quando a materialidade do crime estiver aferida por boletim médico ou prova equivalente.

LEIS ESPECIAIS

91. A empresa de mineração Alfa Finos de Carvão Limitada comunicou ocorrência de acidente ambiental envolvendo vazamento de grande quantidade de poluentes no Rio Maina. Conforme a ordem jurídica brasileira é possível afirmar que:

- a) A comunicação do dano ambiental exclui a responsabilidade da empresa.
- b) A empresa pode ser responsabilizada: penal, civil e administrativamente, desde que presentes todos os requisitos legais.
- c) Não poderá ser invocada a desconsideração da pessoa jurídica no caso de impossibilidade de exigência da reparação por parte da empresa.
- d) A responsabilidade será apenas civil, tendo em vista a comunicação do dano.

92. Sobre responsabilidade civil ambiental é correto afirmar:

- a) A Lei da Política Nacional do Meio ambiente estabelece exceções à regra da responsabilização objetiva.
- b) Adota-se no Brasil a teoria do risco administrativo.
- c) A responsabilidade é objetiva.
- d) O Poder Público não responde objetivamente por danos ao ambiente.

93. Acerca do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), assinale a opção correta.

- a) O adolescente civilmente identificado não será submetido a identificação compulsória pelos órgãos policiais, de proteção e judiciais, salvo para efeito de confrontação, havendo dúvida fundada.
- b) Não é assegurado ao adolescente infrator o direito de solicitar a presença de seus pais ou responsável em qualquer fase do procedimento.
- c) A internação, antes da sentença, pode ser determinada por prazo máximo de 65 dias.
- d) O “desvio de conduta” pode motivar a aplicação de medidas socioeducativas.

94. Consoante os termos da Lei n° 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), sobre família substituta, é correto dizer:

- a) A colocação de criança em família substituta estrangeira é inadmissível.
- b) A colocação de criança em família substituta far-se-á unicamente por adoção.
- c) Não se admite a transferência do adolescente a entidades governamentais, sem autorização judicial.
- d) A guarda, por não suspender nem extinguir o poder familiar, não se trata de meio de colocação em família substituta, mas mera limitação daquele.

95. À luz do Estatuto da Criança e do Adolescente, dentre as alternativas que se seguem, assinale a alternativa correta.

- a) Os princípios da excepcionalidade, brevidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, dizem respeito às medidas socioeducativas do regime de semiliberdade e da internação.



- b) A intimação do adolescente e de seu respectivo defensor da sentença proferida nos autos de procedimento instaurado para apuração de prática de ato infracional é imprescindível somente quando for aplicada a medida de internação.
- c) Tanto as crianças, como os adolescentes, estão sujeitos à aplicação das medidas de proteção e a imposição das medidas socioeducativas.
- d) A medida socioeducativa de Liberdade Assistida, em caráter provisório e portanto antes da sentença, poderá ser aplicada pelo prazo máximo de quarenta e cinco dias.

96. Sobre a Lei Complementar nº 135/2010 (Ficha Limpa), que alterou a LC 64/90 (Lei das Inelegibilidades), é correto afirmar:

- a) Prevê a inelegibilidade para os que forem condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, desde a condenação até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos após o cumprimento da pena, pelos crimes que especifica.
- b) Foi declarada parcialmente inconstitucional pelo STF por violar a presunção de inocência.
- c) Prevê prazo de cinco anos de inelegibilidade para os que forem condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado da Justiça Eleitoral, por corrupção eleitoral, por captação ilícita de sufrágio, por doação, captação ou gastos ilícitos de recursos de campanha ou por conduta vedada aos agentes públicos em campanhas eleitorais que impliquem cassação do registro ou do diploma, a contar da eleição.
- d) Não prevê nenhuma hipótese de inelegibilidade para os magistrados, pois estes são regidos por Lei Orgânica própria, a LOMAN.

97. Assinale a alternativa correta:

- a) Qualquer cidadão brasileiro poderá ser candidato a cargo eletivo se preencher as condições de elegibilidade, não for inelegível e desde que o seja através de partido político.
- b) O Tribunal Superior Eleitoral é composto de sete ministros titulares e sete substitutos, todos com mandato de dois anos, sendo três oriundos do STF, dois oriundos do STJ e dois dentre seis advogados escolhidos pela Ordem dos Advogados do Brasil e nomeados pelo Presidente da República.
- c) Aquele que for condenado por ato de improbidade administrativa ficará inelegível para qualquer cargo, a partir do trânsito em julgado da decisão condenatória, até o transcurso de 8 anos.
- d) A idade mínima para concorrer ao cargo de prefeito é de 21 anos e de vereador é de 18 anos. O vereador eleito aos 18 anos não pode ser escolhido presidente do respectivo poder legislativo enquanto não tiver 21 anos completo.

98. Sobre os contratos que envolvam outorga de crédito é correto afirmar.

- a) Como a Lei nº 4.595 regula a atividade financeira, o Código de Defesa do Consumidor não pode ser aplicado nos contratos envolvendo instituições financeiras e destinatários finais do recurso, devido ao princípio da *lex specialis*.
- b) O CDC não prevê limitação expressa de juros máximos nos contratos financeiros, mas a proibição geral de abusividade contida no Código é aplicável, e de acordo com a jurisprudência mais recente do STJ, é abusiva a taxa superior a 150% (cento e cinquenta por cento) do custo de captação.
- c) o fornecedor de crédito só está obrigado a informar o montante dos juros, mas não o custo efetivo final do financiamento.
- d) o fornecedor de crédito está obrigado a informar o custo efetivo final do financiamento, isto é, fica obrigado a informar o valor não apenas dos juros mas de todos os demais encargos incidentes sobre o financiamento.

**99. É correto afirmar que:**

- a) Em função do direito de informação do consumidor, é vedado que a propaganda veiculada na televisão brasileira compreenda também elementos de fantasia, mesmo que esses sejam incapazes de enganar o consumidor.
- b) Nos Tribunais brasileiros, a reparação do dano moral causado ao consumidor não compreende reparação punitiva similar a do direito de alguns estados norte-americanos, ainda que alguns julgados possam mencionar o caráter punitivo da fixação do quantum debeatur devido a título de danos morais.
- c) Uma conduta do fornecedor que tenha sido considerada ilícita pelo Judiciário em ação individual movida por consumidor não poderá ser objeto de multa (ou outra penalidade) a ser aplicada pelo PROCON.
- d) Ofende o direito de informação do consumidor, e portanto, se caracteriza como enganosa, a propaganda veiculada na televisão brasileira que compreenda elementos de fantasia e situações de impossível realização, se estes não forem capazes de enganar o consumidor.

100. Indique a alternativa correta.

- a) O CDC é um sistema totalmente autônomo do direito civil, que regula a relação de consumo.
- b) Se alguém adquire um imóvel diretamente da construtora, como destinatário final, caracterizada está a relação de consumo. Se essa venda é realizada entre a construtora, na condição de vendedora, e a empresa incorporadora, como compradora, tendo esta o intuito de revender esse bem, não está configurada a relação de consumo, visto que a incorporadora não se amolda à definição de consumidor.
- c) Como regra, a informação deve ser veiculada em língua portuguesa, mas se o produto for importado, poderá ser veiculada somente na língua do país de origem do produto.
- d) Nada impede que, no contrato de consumo, as partes estabeleçam que a responsabilidade do fornecedor seja integralmente transferida a terceiros.